

## APRESENTAÇÃO

### Estudos sobre a escola em diferentes contextos sociais

Acreditamos que uma coletânea – resultado de produções coletivas – surge muitas vezes de maneira mais ou menos informal, fruto de encontros, às vezes inusitados, com colegas da academia. Foi assim que teve início esta coletânea quando Célia R. Vendramini e eu, organizadoras deste trabalho, fazíamos um breve balanço a respeito de duas conferências que havíamos organizado e da necessidade que sentíamos de socializar essas comunicações, dada a pertinência do material para a área da educação. Outros trabalhos e nomes foram surgindo para compor este número especial da revista *Perspectiva*, que ora apresentamos.

O conjunto dos trabalhos reunidos pode ser caracterizado como estudos voltados para uma análise sociológica da escola com base sobretudo em duas considerações principais. A primeira é a de que nosso interesse não foi reunir textos voltados para um tema pontual e restrito aos seus domínios internos. Ou seja, a escola não é tratada aqui no sentido redutor das suas fronteiras físicas e não se limita também aos fenômenos escolares circunscritos à sala de aula, às práticas pedagógicas ou à relação professor-aluno, mas designa uma construção intelectual em torno do objeto de estudo escola (CANÁRIO, 1996), uma maneira de interrogar e problematizar fenômenos escolares sob diferentes ângulos de análise. Retomamos aqui a idéia-síntese de Herman, Bruyne e Schoutheete, (apud CANÁRIO, 1996, p. 127), segundo a qual “o objeto científico não é nunca um “ser”, mas sim uma relação”. A segunda idéia no entendimento do recorte adotado é de que “uma análise sociológica da escola integra necessariamente certos fenômenos que ocorrem fora da escola, no contexto local ou em outras instâncias de socialização como a família.” (DURUBELLAT; VAN ZANTEN, 1999, p. 8, tradução nossa). Segundo as autoras citadas, a expressão Sociologia da Educação é uma tradução literal de *sociology of education*, mas a maior parte da produção acumulada no campo, apesar do interesse por novos objetos de estudo observado nas últimas décadas, concerne às instituições de ensino. Assim, no livro *Sociologia da Escola* encontram-se distintos capítulos, incluindo políticas escolares, ten-

dências de análise teóricas sobre a escola, professor, aluno, família, programas e práticas pedagógicas, entre outros, por entender-se que

uma verdadeira sociologia da educação cobriria, se tomarmos o termo educação ao pé da letra, um campo extremamente vasto, pois os mecanismos pelos quais uma sociedade transmite aos seus membros os saberes, saber-fazer e saber-ser que ela estima necessários à sua reprodução são de uma infinita variedade. (DURUBELLAT; VAN ZANTEN, 1999, p. 7, tradução nossa).

No entanto, a produção acumulada sobre a escola encontra-se, com maior frequência, relacionada à Sociologia da Educação.

Desde o pós-guerra a Sociologia da Educação passou por renovações teóricas e metodológicas importantes, e as tendências verificadas no campo não ocorreram independentemente dos acontecimentos que marcaram os momentos históricos, as tensões e transformações sociais, econômicas e políticas da sociedade. Não vamos nos ater aqui à história da disciplina, trabalho já realizado por diversos autores<sup>1</sup>. Pretendemos destacar, principalmente, a presença marcante deste campo na pesquisa educacional e nos estudos sobre a escola numa perspectiva crítica, virada que vai acontecer no final dos anos de 1960 até meados dos anos de 1970, com o abalo do funcionalismo, paradigma então dominante que marcou profundamente o pensamento sociológico e as análises no campo da Sociologia da Educação da fase anterior (1945-1965)<sup>2</sup>. Se, de acordo com esse paradigma, a educação escolar esteve associada a progresso, mudança social e condição central para correção das desigualdades sociais e escolares, a fase seguinte, sem “o otimismo das décadas anteriores para com os supostos poderes da educação” (NOGUEIRA, 1990, p. 56), é marcada pela denúncia da escola e seus mecanismos de reprodução da ordem estabelecida. Conforme Dandurand e Olivier (1991, p. 128), os trabalhos que têm início nos anos de 1970<sup>3</sup> “têm em comum a particularidade de definir a educação como local de exercício do poder a serviço de grupos sociais, os mesmos que dominam no conjunto da sociedade.” Nessa linha de pensamento podemos destacar a grande influência que exerceram no Brasil as teorias da reprodução cultural e de filiação marxista. Entre outros, os sociólogos franceses Bourdieu e Passeron, Baudelot e Establet, e os americanos Bowles e

Gintis, com abordagens diferentes embora com frequência denominados teóricos da reprodução<sup>4</sup>, produziram uma análise crítica sobre o funcionamento da escola e seu papel na reprodução das desigualdades sociais e escolares. Este debate teve importantes contribuições para a compreensão das desigualdades sociais, entre elas a de ter permitido desmistificar a pretensa neutralidade da escola sobre os resultados escolares na medida em que deslocou o debate, apoiado nas características individuais e da carência cultural, fortemente presentes nos programas de educação compensatória, para uma visão mais crítica da relação educação e sociedade. Esses avanços não foram isentos de lacunas, conforme vários autores têm apontado<sup>5</sup>, especialmente sobre o caráter determinista das relações sociais e das funções sociais da escola, sem uma saída política viável. Nas últimas décadas presenciamos a passagem das análises apoiadas nas grandes determinações estruturais para uma renovação dos estudos sociológicos com a atenção voltada para os processos sociais nas escolas, nas salas de aula, nas relações entre a escola e a família, entre outros temas, cujas problemáticas demandaram estudos microssociais e metodologias qualitativas. Conforme observamos em outro trabalho,

as mudanças relativas às abordagens metodológicas em Sociologia da Educação estão relacionadas às transformações sociais e suas demandas e à incorporação de novas perspectivas teóricas, assim como pelo interesse por temas e questões antes obscurecidos ou secundarizados. (ZAGO; CARVALHO; VILELA, 2003, p. 10).

Esse deslocamento do olhar sociológico não significou uma redução das exigências teóricas que marcaram a produção científica da fase anterior; ao contrário, vem reafirmando a sempre necessária articulação entre a realidade microssocial e as dimensões mais globais da sociedade. Em um artigo sobre as tendências das pesquisas que procuraram compreender as variações de aquisição dos alunos em função da escola ou da classe em que são escolarizados e os fatores que podem explicar essas variações, Bressoux (2003, p. 73) faz a seguinte observação sobre os riscos a que podem levar as explicações reducionistas centradas unicamente na escola:

Cuidemos enfim de não substituir, por um movimento pendular muito forte, o determinismo sociológico por uma ilusão pedagógica. Mesmo sendo substanciais os efeitos dos fatores escolares, a maior parte das diferenças de aquisição tem sua origem fora da escola. A escola não pode, sozinha, compensar as desigualdades da sociedade.

As observações até aqui contidas demarcam algumas de nossas preocupações presentes nos trabalhos desta coletânea que denominamos “estudos sobre a escola: dimensões sociológicas e políticas”. Nossa intenção foi reunir textos que abordassem a escola segundo diferentes problemáticas e contextos sociais e que pudessem contribuir para a reflexão sobre o sentido da escola nos dias de hoje.

Os dois primeiros trabalhos resultaram de conferências realizadas no Centro de Educação da UFSC por pesquisadores estrangeiros. O primeiro<sup>6</sup>, denominado “Perspectivas qualitativas em educação: pertinência, validade e generalização”, de Agnès Van Zanten, pesquisadora associada ao CNRS<sup>7</sup> (França), nos interessa particularmente pois a pesquisa qualitativa tem sido amplamente utilizada no meio educacional mas também tem sido objeto de muitas simplificações<sup>8</sup>. As orientações que podemos encontrar na maioria dos manuais de metodologia da pesquisa apresentam limites, uma vez que, em geral, trazem princípios normativos e uma visão descontextualizada do mundo social. Diferente desta tendência, a pesquisa qualitativa mereceu, por parte da autora, uma série de considerações, teóricas e práticas. Tomando como referência seus próprios estudos, realizados em contextos sociais diferenciados (escolas da periferia, classe média alta, administradores e políticos), chama a atenção para alguns impactos que as mudanças, próprias das sociedades pós-industriais, têm sobre as pesquisas e seus resultados. Originalmente, os métodos qualitativos utilizados no campo da Sociologia da Educação foram produzidos em um momento histórico das disciplinas (Sociologia, Antropologia), necessitando, face às transformações da sociedade, atenção dos pesquisadores no sentido de adequá-los às situações sociais contemporâneas. Não se pode ignorar a existência de maior familiaridade dos atores sociais com o conhecimento científico, com a apropriação das categorias e instrumentos da pesquisa científica e seu papel na sociedade. Nesse sentido e dada a posi-

ção social e institucional que ocupam, observam-se diferenças também nas relações de poder entre pesquisador e pesquisado, o primeiro não estando, necessariamente, numa posição dominante em relação ao segundo. Estas são, entre outras, situações que necessitam ser consideradas pelos estudos apoiados no discurso dos atores, sejam eles responsáveis políticos e administrativos pela escola, sejam professores, alunos ou outros informantes. Em síntese, o texto representa um convite para uma reflexão sobre o modo de condução do trabalho de campo, a interpretação e generalização dos dados obtidos, a questão da validade na pesquisa qualitativa, assim como a divulgação (publicação) e restituição dos resultados.

O trabalho que segue apresenta uma reflexão crítica das políticas educativas atuais desenvolvidas em Portugal, voltadas para o combate à exclusão nos bairros considerados com problemas sociais. Esse foi o tema da conferência “Territórios Educativos e Políticas de Intervenção Prioritária: uma análise crítica”, proferida pelo professor Rui Canário da Universidade de Lisboa (Portugal),<sup>9</sup> Para mostrar as implicações políticas e sociais das ações de intervenção prioritária, o autor se apóia em três dimensões: macro (questões de definição e construção desta medida de política educativa), meso (refere-se aos processos de regulação local das políticas educativas) e micro (incide sobre a natureza da relação e modalidades de trabalho pedagógico construídas com os alunos). Como observa o autor, embora essas dimensões não sejam independentes umas das outras, as articulações entre esses diferentes níveis não obedecem a uma lógica reducionista. É possível reconhecer uma certa autonomia existente em cada um deles, conforme procura mostrar em sua análise, a qual tem por base três teses principais: 1) se apóia na tese de que a exclusão social é um fenômeno estrutural da esfera do mundo do trabalho, com repercussões na escola mas que não são resolvidas “na escola, nem pela escola”; 2) no plano local, defende a necessidade de se considerar interações entre o escolar e o não-escolar, ultrapassando assim interpretações redutoras de “territórios” estritamente escolares; 3) a última referência está relacionada à visão discriminatória dos alunos, por parte dos professores, como um ponto crítico e obstáculo das ações de combate à exclusão das populações socialmente desfavorecidas.

Essa visão crítica que situa o problema do desemprego e, num sentido mais amplo, da exclusão social como um fenômeno de natureza estrutural, pertencente à esfera do mundo do trabalho, é compartilhada no texto seguinte, de Ramón Peña Castro, professor da Universidade Federal de São

Carlos. Em seu artigo “Escola e mercado: a escola face à institucionalização do desemprego e da precariedade na sociedade colocada ao serviço da economia”, o autor discute a pseudo-evidência do senso comum que consiste na idéia do advento de uma era de pós-trabalho e de centralidade da educação como o bem-capital mais importante. O processo de mercantilização do ensino, ditado pelas prioridades tecnológicas, econômicas e sociais que configuram a nova ordem mundial, supõe um sistema de ensino regido pelos princípios de eficiência, competitividade e flexibilidade e a formação de trabalhadores dotados de competências adequadas ao modelo empresarial. É nesse quadro mais global que o autor vai discutir o papel ideológico da escola na sociedade globalizada, sua relação com o mercado, seu sentido diante das transformações do mundo do trabalho, especialmente do desemprego que atinge, sobretudo, a população jovem, independente da formação escolar. Em síntese, o autor nos faz pensar sobre o sentido da escola, ou melhor, sobre o papel a ela atribuído, reduzido essencialmente à sua função econômica (de formação para o trabalho), de acordo com as supostas necessidades do “mercado”. A crise do sistema de escolarização deve ser entendida, assim, como um dos resultados e manifestações das grandes transformações históricas atuais, sendo ilusório pensar na centralidade da escola, uma vez que o epicentro da crise é o trabalho.

Os demais textos tratam de problemas da escolarização e seus diferentes mecanismos de produção de desigualdades segundo as classes sociais, tema historicamente central na Sociologia da Educação. O primeiro é baseado numa análise comparativa de dois estudos da sociologia histórica em torno da emergência da escolarização moderna. Trata-se do artigo “Nascimento da escolarização moderna: cotejo de duas leituras”, de Norberto Dallabrida, professor da Universidade do Estado de Santa Catarina. Essas leituras são “Produção da escola/produção da sociedade” de André Petitat (Canadá) e “Arqueologia de la escuela” de Julia Varela e Fernando Alvarez-Uría (Espanha), sociólogos reconhecidos no meio acadêmico brasileiro. A análise comparativa permitiu identificar pontos comuns na interpretação dos autores (como a descontinuidade entre as práticas educativas medievais e os colégios modernos, entre os séculos XVI e XVIII, assim como seu caráter classista) e também diferenças teóricas acerca da escolarização na idade moderna (enquanto o autor canadense faz sua reflexão a partir da crítica aos reprodutivistas, Varela e Alvarez-Uría inspiram-se nos estudos de Foucault e Norbert Elias). As diferenças entre as

obras analisadas têm relação também com os contextos onde foram produzidas. O sociólogo canadense André Petitat constata a existência do “dualismo escolar”: colégios que conferiam distinção e preparavam para estudos superiores e as escolas elementares de caridade, que objetivavam a moralização dos pobres e a sua preparação para o mundo do trabalho. Os sociólogos espanhóis Varela e Alvarez-Uría identificaram a existência de três práticas educativas na Espanha moderna, diferenciadas tanto pelos saberes ensinados como pelo disciplinamento moral: a nobreza cortesã educada por preceptores, a burguesia e a nobreza provinciana pelos colégios e as classes populares em diversas instituições corretivas. Estes estudos, conforme o autor, “fazem parte da tradição sociológica ou historiográfica que concebem as escolas como instituições produtoras de sujeitos, geralmente contribuindo para a produção social”.

É também na perspectiva da sociologia histórica que o tema do analfabetismo é tratado nessa coletânea por Alceu R. Ferraro, Professor da Escola Superior de Teologia de São Leopoldo/RS, no artigo “Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão”. O descaso com a educação do povo, o preconceito, discriminação e exclusão dos analfabetos são questões tratadas nesse artigo, que articula duas dimensões de análise sobre o analfabetismo no Brasil: a sucessão de desconceitos que marcaram este fenômeno e o debate em torno da medida que proibia o voto dos analfabetos, instituída na reforma eleitoral do final do império (Lei Saraiva de 1881) e que se manteve até a Constituição de 1988. Como mostra o artigo, o problema do analfabetismo emerge no Brasil como um problema político-eleitoral e não como uma preocupação voltada para a educação do povo. Finaliza observando que os desconceitos em relação ao analfabetismo, tomados como formulações conceituais enviesadas, “representam construções ideológicas que concorrem, de maneira articulada, para a identificação negativa, o desacreditamento, a estigmatização e a exclusão efetiva das pessoas analfabetas e, por fim, para a legitimação dessa exclusão”. Como observou o autor, deve-se atentar para a especificidade do que se denomina analfabetismo, fenômeno este que demanda um olhar predominantemente sociológico.

O estudo das desigualdades sociais diante da escola mostra ainda sua atualidade quando se quer compreender os mecanismos mais sutis processados no interior dessa instituição. Considerando a expansão do ensino em termo da ampliação de vagas escolares, pode-se dizer que em termos de

acesso a escola se democratizou. No entanto, apesar da elevação do número de alunos nas escolas verificada nas últimas décadas, as pesquisas confirmam os elevados índices de reprovação e interrupção escolar desde as primeiras séries do ensino fundamental, formas diferenciais de acesso e de permanência no sistema de ensino e outras mais sutis de exclusão “da” e “na” escola<sup>10</sup>.

O texto seguinte, “Escolas que somem: reflexões sobre escola pública e educação popular”, de Maria Tereza Esteban, professora da Universidade Federal Fluminense, se volta para o cotidiano das escolas que recebem alunos das camadas populares e sobre a definição de uma orientação metodológica capaz de apreender as relações complexas que o constituem. Nessa linha de investigação, chama a atenção para os fatos, indícios, pistas que poderiam ser ignorados ou tratados como irrelevantes pelo pesquisador mas que fornecem importantes informações para compreender as práticas e a realidade complexa das escolas públicas. Traz um questionamento sobre um problema recorrente no sistema educacional brasileiro: a interrupção escolar e as práticas de retorno das crianças à escola. Partindo da indagação sobre um diálogo entre uma professora (“o que aconteceu? você sumiu da escola?”) e sua aluna (“eu sumi, ou foi a escola que sumiu?”), a autora faz uma série de questionamentos sobre os registros oficiais que evidenciam elevadas taxas de matrículas e o que eles ocultam sobre as reais condições do processo de ensino e aprendizagem. Como observa a autora, a resposta da criança (eu sumi, ou foi a escola que sumiu?) sinaliza “a complexidade das relações que constituem o cotidiano escolar e traz importantes indagações sobre o que é uma escola pública para as crianças das classes populares”. Esta escola marcadamente excludente pelas práticas pedagógicas fundadas na cultura hegemônica, na ordenação, na transmissão/reprodução do conhecimento, desqualifica o que foge à norma. Ao adotar uma perspectiva não-linear no estudo do cotidiano escolar, sua análise não a impede de observar as possibilidades manifestadas na prática escolar, entre outras, no próprio caos da escola, nos encontros com os colegas da turma, no cuidado da professora, entre outros processos coletivos que a pesquisa do cotidiano pode revelar.

Compõem ainda esta coletânea dois artigos cujo foco central de análise é a educação básica e sua relação com o mundo rural. No primeiro, “A escola diante do multifacetado espaço rural”, da professora Célia Regina Vendramini, da Universidade Federal de Santa Catarina, encontramos uma problematização com base em dados da história de ocupação do espaço

rural do Estado de Santa Catarina, *locus* de sua pesquisa, e das transformações econômicas e sociais produzidas pelas políticas de modernização capitalista da agricultura no Brasil. A escola rural, tal como foi defendida pela ideologia subjacente ao ruralismo pedagógico que a concebia como forma de conter a migração do homem do campo, não se sustenta no atual estado de mudanças processadas na agricultura, do intenso êxodo verificado desde os anos 1960, das fronteiras tênues entre o rural e o urbano, da dependência dos pequenos agricultores à agroindústria, do empobrecimento da população rural e outros processos sociais e econômicos que tiveram influências consideráveis sobre a produção agrícola familiar e a vida do trabalhador no campo. A partir deste contexto mais global da sociedade brasileira e, ainda, de experiências políticas e educativas que vêm sendo construídas pelos trabalhadores rurais organizados, a autora indica limites de políticas públicas adotadas como do fechamento e nucleação de escolas rurais e chama a atenção para a necessidade de se encarar o sentido e o papel da escola “em sintonia com o mundo social”.

O segundo, denominado “Organizações cooperativas de agricultores e educação escolar: desafios a uma formação cooperativa”, da professora Marlene Ribeiro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mostra a organização do trabalho na agricultura familiar, associada à necessidade de uma educação básica e profissional, com caráter de formação cooperativa. Com base em pesquisas atuais, indica limites e possibilidades identificadas nas experiências cooperativas e discute questões que se impõem à educação escolar básica e profissional, tendo em vista as demandas que advêm do mundo do trabalho definido pela força do neoliberalismo e as necessidades presentes na relação entre agricultura familiar e formação cooperativa. Entende formação como aquela que “incide sobre e resulta de práticas sociais de trabalho, movimentos sociais, experiências de vida e de escola”. Conclui que a formação escolar que vem sendo praticada nas escolas e as reformas educacionais implementadas fortalecem as relações sociais de produção capitalista e não têm o compromisso com o trabalho cooperativo com base na agricultura familiar.

São do conhecimento público as numerosas críticas, limites e crises da escola. Foram muitas também as lutas populares travadas em favor de sua democratização, em todos os níveis. Não podemos ignorar que a escola continua a reafirmar sua importância social sobretudo em um país como o Brasil, com uma população majoritariamente excluída da maioria dos bene-

fícios sociais e culturais e que tem nesta instituição uma das poucas possibilidades de acesso ao saber sistematizado. A sociologia tem um papel importante na produção do conhecimento científico em educação e sobre as múltiplas e complexas dimensões que se processam no interior da escola e na sua relação com a sociedade mais ampla. Esperamos que essa coletânea tenha contribuído com esse objetivo. Aos colegas que participaram da sua organização nos enviando seus trabalhos, nosso profundo reconhecimento.

*Nadir Zago*  
*Florianópolis/2004*

### Notas

- 1 Para citar alguns, remetemos o leitor para as fontes aqui citadas de Dandurand e Olivier (1991); Duru-Bellat e Van Zanten (1999), e, no Brasil, a coletânea de artigos presentes na revista *Em Aberto* (1990, n. 46) e *Caderno Cedes* (1992, n.27).
- 2 Fase que, segundo Dandurand e Olivier (1991), corresponde à institucionalização da Sociologia da Educação como campo de pesquisa.
- 3 Sobre a emergência e o contexto histórico desse novo momento, ver Dandurand e Olivier (1991) e também Nogueira (1990).
- 4 Para maior esclarecimento citamos Dandurand e Olivier (1991, p.137), segundo os quais se pode distinguir, no quadro das teorias da reprodução, duas tendências: “a mais ‘economicista’, representada por Bowles e Gintis, mas também, até certo ponto, por Althusser, Boudelot e Establet, Poulantzas; e a mais ‘culturalista’, representada por Bourdieu”. Sobre essas diferenças ver os artigos de Silva (1990) e Nogueira (1990).
- 5 Acerca dessa questão remetemos o leitor para as referências contidas na nota 1.
- 6 Conforme conferência proferida em outubro de 2003, no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.
- 7 Centro Nacional de Pesquisa Científica.
- 8 A esse respeito indicamos o conjunto de textos presentes no livro *Itinerários de pesquisas* organizado por Zago, Carvalho e Vilela (2003).

- 9 Conforme conferência proferida em 24 de julho de 2003, no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.
- 10 Conforme denominações explicitadas por Ferraro (1999).

### Referências

- BRESSOUX, P. As pesquisas sobre o efeito-escola e o efeito-professor. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 38, p.17-38, dez. 2003.
- CANÁRIO, R. Os estudos sobre a escola: problemas e perspectivas. In: BARROSO, J. (Org.). *O estudo da escola*. Porto: Porto Editora, 1996. p.125-50.
- DURU-BELLAT, M., VAN ZANTEN, A. *Sociologie de l'école*. 2.ed. Paris: Armand Colin, 1999.
- DANDURAND, P.; OLLIVIER, E. Os paradigmas perdidos: ensaio sobre a sociologia da educação e seu objeto. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 3, p. 120-142, 1991.
- FERRARO, A R. Diagnóstico da escolarização no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 12, p. 22-47, 1999.
- NOGUEIRA, M . A . A sociologia da educação no final dos anos 60/ início dos anos 70: o nascimento do paradigma da reprodução. *Em Aberto*, Brasília, ano 9, n. 46, p. 49-58, abr./jun. 1990.
- SILVA, T. T. da. A sociologia da educação entre o funcionalismo e o pós-modernismo: os temas e os problemas de uma tradição. *Em Aberto*, Brasília, ano 9, n. 46, p. 3-12, abr./jun. 1990.
- SOCIOLOGIA da Educação: diálogo ou ruptura. *Cadernos Cedes*, São Paulo, n. 27, 1992.
- ZAGO, N., CARVALHO, M. P. de; VILELA, R. A . T. (Orgs.). *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.